

# Companhia Campolarguense de Energia – Cocel

## Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias

### 2025

#### Relatório da Administração - 2025

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - Cocel submete à apreciação dos senhores acionistas o relatório das principais atividades referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social e da Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos auditores independentes, dos Conselhos Fiscal e de Administração, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia Campolarguense de Energia – Cocel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o número 75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

#### CARTA DO PRESIDENTE

Em 2025 a Cocel implantou uma série de melhorias voltadas à qualidade e continuidade do fornecimento de energia e ao atendimento aos consumidores. Foram realizados investimentos em melhorias de rede, especialmente com a instalação de equipamentos de proteção e manutenção preventiva. Os principais canais digitais foram atualizados – atendimento pelo whatsapp, aplicativo Cocel Mobile e agência virtual foram reestruturados, garantindo mais segurança para os dados e mais praticidade para os consumidores. Processos internos, como a suspensão do fornecimento de energia por inadimplência e os despachos de atendimentos emergenciais foram revisados com o objetivo de proporcionar mais qualidade no serviço prestado e aumentar a satisfação dos consumidores.

Em um cenário de constante mudança, com novos agentes, novas tecnologias e novos desafios surgindo a cada dia, a Cocel segue se destacando pelo trabalho realizado. A Companhia segue aplicando uma das menores tarifas entre as distribuidoras de todo o país - sem deixar de investir em melhorias, na capacitação da equipe e em projetos que contribuam para a construção de uma cidade cada vez melhor para todos.

Rafael Rogiski  
Diretor-Presidente

#### A EMPRESA

**Missão:** Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

**Visão:** Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade.

**Política da Qualidade:** Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações. (ISO 9.001/ 10.002)

**Organização e Gestão:** A Companhia Campolarguense de Energia - Cocel, fundada em 05 de março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social. É regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 2015, a Cocel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica por 30 anos, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, prevendo indicadores de eficiência observados pela concessionária

pelo período de cinco anos contados a partir de 1º de janeiro de 2016. O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 50 milhões, representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal. A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2025	2024
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

#### AUDITORIA EXTERNA

A Cotel tem como contratada a empresa Bazzaneze Auditores Independentes S/S - EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

#### ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**Abrangência da área de concessão:** A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, abrangendo uma população de 144.504 habitantes (conforme estimativas do IBGE de 2025) e área de 1.244 km<sup>2</sup>.

#### Perfil

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cotel manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a Cotel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

#### Política de Igualdade

A Companhia adota Política de Igualdade entre Homens e Mulheres voltada à promoção da igualdade de oportunidades, prevenção à discriminação e ao assédio, valorização da diversidade e ampliação da participação feminina na governança, em conformidade com a Lei nº 15.177/2025, que alterou a Lei nº 6.404/1976 e a Lei nº 13.303/2016.

Em atendimento à legislação aplicável, apresentam-se, a seguir, os dados e indicadores requeridos:

Relatório de Indicadores de Igualdade entre Mulheres e Homens
Modelo de demonstrativo para divulgação anual de indicadores de igualdade, em conformidade com a Lei nº 15.177/2025 e boas práticas de governança.

#### 1. Distribuição de empregados por nível hierárquico

Nível hierárquico	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Alta administração	0	4	4	0
Gerência/apoio	8	13	21	0,38
Corpo técnico/administrativo	12	12	24	0,5
Operacional	0	40	40	0

#### 2. Participação feminina na administração

Cargo de administração	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Conselho de Administração	3	8	11	0,27
Diretoria	0	4	4	0
Conselho Fiscal	3	2	5	0,6

### 3. Comparação de remuneração por sexo (cargos equivalentes)

Cargo/função	Remuneração média mulheres	Remuneração média homens
Advogado Sr	R\$ 14.853,00	R\$ 18.334,76
Assistente administrativo II	R\$ 5.904,64	
Assistente administrativo III	R\$ 8.024,87	R\$ 6.042,91
Assistente administrativo V	R\$ 9.236,82	R\$ 11.039,99
Assistente administrativo VI	R\$ 13.070,54	R\$ 15.054,90
Assistente técnico I	R\$ 4.826,67	R\$ 4.663,45
Assistente técnico V	R\$ 13.678,70	
Assistente técnico VI		R\$ 10.545,22
Auxiliar serviços administrativos	R\$ 5.225,13	R\$ 1.343,26
Contador		R\$ 13.043,16
Eletricista I		R\$ 5.172,99
Eletricista II		R\$ 6.900,00
Eletricista III		R\$ 8.180,38
Engenheiro elétrico		R\$ 22.729,29
Operador/controlador		R\$ 6.361,74
Técnico de informática		R\$ 15.277,99
Técnico contábil		R\$ 9.642,31
Técnico em eletrotécnica II		R\$ 10.614,95
Técnico em eletrotécnica IV		R\$ 12.676,23

### 4. Evolução anual dos indicadores

Indicador	2024	2025
% de mulheres na empresa	0,24	0,22
% de mulheres em cargos de liderança	0,21	0,38
% de mulheres na administração	0,46	0,30

## Balço Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

ATIVO	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>		
Numerário disponível (Nota 5.1)	1.433	1.636
Aplicações no mercado aberto (Nota 5.2)	-	-
Consumidores, Concessionários e Permissionários (Nota 5.3)	23.667	18.426
Encargos de Uso da Rede Elétrica	252	2.204
Serviços em curso (Nota 5.4)	978	2.810
Tributos compensáveis (Nota 5.5)	3.499	700
Almoxarifado operacional (Nota 5.6)	1.374	1.565
Despesas pagas antecipadamente (Nota 5.7)	39	59
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	17.796	16.411
Outros ativos circulantes (Nota 5.9)	9.067	8.049
	<b>58.105</b>	<b>51.859</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Tributos compensáveis (Nota 5.10)	63.639	734
Depósitos judiciais	139	69
Investimentos temporários (Nota 5.11)	294	274
Ativo financeiro indenizável (Nota 5.12)	6.094	6.094
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	-	71.028
	<b>70.166</b>	<b>78.199</b>
Investimentos	1	1
Intangível em serviço (Nota 5.13)	57.401	53.412
Intangível em curso (Nota 5.13)	6.482	7.488
	<b>63.884</b>	<b>60.900</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>192.155</b>	<b>190.959</b>

PASSIVO	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores (Nota 5.16)	9.122	10.392
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	8.440	7.385
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 5.18)	2.144	2.371
Tributos (Nota 5.19)	20.934	10.714
Provisão para litígios (Nota 5.20)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	5.241	5.241
Encargos setoriais (Nota 5.21)	3.063	5.216
Passivos regulatórios (Nota 5.8)	4.703	13.792
Outros passivos circulantes (Nota 5.22)	6.890	3.779
	<b>60.537</b>	<b>58.891</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	13.812	11.978
Outros Passivos não circulantes (Nota 5.23)	58.631	57.416
	<b>72.443</b>	<b>69.394</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital Social (Nota 5.24)	50.000	50.000
Reservas de Lucros	9.175	12.674
	<b>59.175</b>	<b>62.674</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>192.155</b>	<b>190.959</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	2025	2024
<b>Receita Operacional (Nota 5.28)</b>		
Fornecimento de Energia Elétrica	149.093	145.039
Disponibilização do Sistema de Distribuição	48.822	39.457
Ativos e Passivos Financeiros Regulatórios	17.792	20.397
Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	17.913	11.538
Receita de Construção	10.764	9.225
Outras Receitas	7.587	8.370
	<b>251.971</b>	<b>234.027</b>
<b>Deduções da Receita Operacional (Nota 5.29)</b>		
ICMS	(44.176)	(40.629)
Cofins / Pasep	(15.922)	(14.453)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(39.195)	(28.493)
TFSEE – Taxa de Fiscalização	(153)	(137)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(1.326)	(1.288)
Outros encargos	(293)	(1.536)
	<b>(101.065)</b>	<b>(86.537)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>150.906</b>	<b>147.490</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A” (Nota 5.30)</b>		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(56.801)	(50.630)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(45.814)	(44.568)
	<b>(102.615)</b>	<b>(95.198)</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>	<b>48.291</b>	<b>52.292</b>
<b>Custos Gerenciáveis – Parcela “B” (Nota 5.31)</b>		
Pessoal e Administradores	(20.134)	(22.292)
Material	(1.867)	(1.722)
Serviços de Terceiros	(12.393)	(9.965)
Depreciação e Amortização	(3.961)	(4.469)
Custo com Construção	(10.764)	(9.225)
Outras Despesas Operacionais	(1.866)	(1.045)
	<b>(50.985)</b>	<b>(48.718)</b>
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>(2.694)</b>	<b>3.574</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		
Despesas Financeiras	(10.060)	(5.986)
Receitas Financeiras	10.033	7.000
	<b>(27)</b>	<b>1.013</b>
<b>Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro</b>	<b>(2.721)</b>	<b>4.588</b>
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	(778)	(2.305)
<b>Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital</b>	<b>(3.499)</b>	<b>2.283</b>
Participações nos Lucros	-	-
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	-	-
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>(3.499)</b>	<b>2.283</b>
<b>Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$</b>	<b>-</b>	<b>4,57</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(3.499)	2.283
<b>Ajustes de itens sem desembolso de caixa</b>		
Juros sobre financiamentos	(3.822)	(2.200)
Provisão para contingências	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(34)	133
Amortização e baixas do intangível	6.276	7.806
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>(1.079)</b>	<b>8.023</b>
<b>(Aumento) redução do ativo</b>		
Contas a receber de clientes	(3.256)	(130)
Serviços pedidos em curso	1.831	(1.228)
Depósitos judiciais	2.410	(2.379)
Ativos regulatórios	69.643	6.428
Tributos a recuperar	(65.703)	220
Estoques	191	76
Despesas antecipadas	20	2.748
Outros	(3.516)	(1.557)
	<b>1.619</b>	<b>4.177</b>
<b>Aumento (redução) no Passivo</b>		
Fornecedores	(1.270)	676
Obrigações sociais e trabalhistas	(227)	(372)
Tributos a recolher	16.647	1.625
Encargos setoriais	(2.152)	416
Passivos regulatórios	(9.089)	(3.549)
Outros	(367)	(13.636)
	<b>3.540</b>	<b>(14.840)</b>
<b>Fluxo de caixa (consumido) / originado das atividades operacionais</b>	<b>4.081</b>	<b>2.640</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Intangível	(10.994)	(6.348)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(10.994)</b>	<b>(6.348)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Financiamentos e empréstimos adquiridos	11.110	16.476
Amortização de empréstimos	(4.398)	(11.045)
Dividendos distribuídos	-	(7)
<b>Fluxo de caixa originado das (aplicados nas) atividades de financiamentos</b>	<b>6.711</b>	<b>5.423</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(202)</b>	<b>(3.565)</b>
<b>Total de efeitos no caixa</b>		
Saldo inicial de caixa	1.636	5.201
Saldo final de caixa	1.433	1.636
<b>Variação no caixa</b>	<b>(202)</b>	<b>(3.565)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

Descrição	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de investimento		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>50.000</b>	<b>3.693</b>	<b>6.698</b>	-	<b>60.391</b>
Aumento do Capital Social					
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	2.283	2.2833
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.25)	-	-	-	-	-
- Reserva Legal		114		(114)	
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	2.169	(2.169)	-
JSCP (R\$ 2,00 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>50.000</b>	<b>3.808</b>	<b>8.867</b>	-	<b>62.674</b>
Aumento do Capital Social					
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	(3.499)	(3.499)
Destinação do Lucro proposta a AGO (nota 5.25)	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	(3.499)	3.499	-
JSCP (R\$ 2,00 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>50.000</b>	<b>3.808</b>	<b>5.368</b>	-	<b>59.175</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

\*Valores expressos em milhares de reais

**1. Contexto Operacional**

A Companhia Campolarguense de Energia - Cocel, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,61% do seu Capital Social. Sua atividade principal é a distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km<sup>2</sup>.

Até maio de 2019 a Cocel era suprida pela Companhia Paranaense de Energia – Copel, após esse período tornou-se agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CEE e atualmente possui seu portfólio de compra de energia composto pelas cotas compulsórias e contrato de aquisição de energia com a empresa Tradener e Eletra.

**2. Da Concessão**

A Companhia Campolarguense de Energia - Cocel detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica – Aneel.

A Cocel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998, prorrogando a vigência até 07/07/2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09/11/2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02/06/2015.

O contrato de concessão e seus aditivos encontram-se disponíveis, na página da ANEEL: <http://www.aneel.gov.br>

**3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:****3.1. Declaração De conformidade**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os dados não financeiros incluídos nesta demonstração contábil tais como, MW, MWh e aspectos qualitativos para determinar a cobertura de seguros, não foram auditados.

**3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

**3.3. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis societárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: Os instrumentos financeiros não-derivativos E os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo.

**3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos e de mensuração***Julgamentos*

A preparação das Demonstrações Contábeis Societárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Demonstrações Contábeis Societárias.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Societárias.

### *Estimativas e premissas*

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

#### *Amortização do intangível de concessão*

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 674/2015.

#### *Ativo financeiro de concessão*

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está na nota **5.12**.

#### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### *Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### *Provisão para perda esperadas*

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração por meio de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular e parcelamentos, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

## **4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis:**

### **4.1. Reconhecimento de receita**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

#### *Prestação de serviços*

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

#### *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### *Receita de construção*

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamentos Técnicos CPC47 – Contratos com Clientes, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

#### *Ativo Regulatório Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos*

Refere-se ao reconhecimento e à realização de diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, conforme Módulo 4 do PRORET – Componentes Financeiros das Tarifas de Distribuição.

### **4.2. Impostos**

#### *Imposto de renda e contribuição social – correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

#### *Imposto sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- ✓ Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- ✓ Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

### **4.3. Subvenções governamentais**

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

### **4.4. Instrumentos financeiros**

#### *Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração*

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

#### *Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração*

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos.

#### **4.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Societárias tomadas em conjunto.

#### **4.6. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **4.7. Contas a receber de clientes**

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

#### **4.8. Estoques**

Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

#### **4.9. Ativo indenizável (Concessão)**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e aditivos celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia (Concessionária – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B) e são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- ✓ Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- ✓ Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, **nota 5.12.**

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, essa a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produziu efeitos no exercício de 2016, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou de melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

#### 4.10. Ativos intangíveis

##### *Contratos de concessão*

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

##### *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

##### *Amortização*

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

#### 4.11. Resultado por quota

O resultado por quota básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos quotistas diretamente proporcional.

#### 4.12. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

#### 4.13. Demonstração de Resultados Abrangentes

A Cocol não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

#### 4.14. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

### 5. Notas Explicativas

#### ATIVO CIRCULANTE

##### 5.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2025	2024
Caixa	2	1
Contas bancárias a vista	1.227	1.224
Numerários em trânsito	204	411
<b>Total</b>	<b>1.433</b>	<b>1.636</b>

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

##### 5.2. Aplicações Financeiras

O ano de 2025 encerrou sem saldo em aplicações financeiras em dezembro/2025.

##### 5.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2025	2024
Fornecimento faturado	14.192	10.964
Fornecimento não faturado	9.677	7.662
Outras cobranças de consumidores	1.206	1.242
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(1.408)	(1.442)
<b>Total</b>	<b>23.667</b>	<b>18.426</b>

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
<b>Consumidores</b>	<b>2025</b>				<b>2024</b>
Residencial	3.991	3.746	994	8.732	6.080
Industrial	993	560	194	1.748	1.792
Comercial	1.619	633	224	2.476	2.074
Rural	134	69	17	220	229
Poder Público	286	52	1	339	233
Iluminação Pública	521	-	-	521	373
Serviço Público	113	-	-	113	400
Serviço taxado e outras	443	303	250	996	788
Não faturado	9.677	-	-	9.677	7.662
Participação Financeira	210	-	-	210	163
Governo do Paraná – Luz Solidária	43	-	-	43	75
<b>Sub total</b>	<b>18.032</b>	<b>5.364</b>	<b>1.680</b>	<b>25.075</b>	<b>19.867</b>
(-) Crédito líq. Duvidosa	-	-	(1.408)	(1.408)	(1.442)
<b>Total Consumidores</b>	<b>18.032</b>	<b>5.364</b>	<b>272</b>	<b>23.667</b>	<b>18.426</b>

#### 5.4. Serviços em Curso

Representados pelos custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo intangível ou para custo dos serviços prestado a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços – ODS.

	2025	2024
Serviços em redes elétricas	357	141
Programa de Eficiência Energética	103	381
Programa de Pesquisa & Desenvolvimento	-	1.677
Manutenção de Iluminação Pública	486	580
Outras ordens em curso	32	31
<b>Total</b>	<b>978</b>	<b>2.810</b>

#### 5.5 Tributos compensáveis

	2025	2024
ICMS a compensar Curto Prazo	567	555
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	124	11
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	8	8
Cofins/Pasep a compensar	2.673	-
Outros	127	126
<b>Total</b>	<b>3.499</b>	<b>700</b>

#### 5.6. Almoxarifado operacional

Corresponde aos materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.374, (R\$ 1.565 em 31 de dezembro de 2024), e não excedem ao valor de mercado.

#### 5.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 39.

#### 5.8. Ativos Regulatórios

Correspondem às variações positivas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

- **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de

distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

- **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas; e

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 10/12/2014, a Cocal aplicou a OCPC nº 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

Composição	CVA 2025			CVA 2024		
	Ativa	Passiva	Líquida	Ativa	Passiva	Líquida
Custo de aquisição de energia	5.899	-	5.899	2.982	2.182	800
Proinfa	240	-	240	16	71	(55)
Conta de Desenv. Energético – CDE	3.958	-	3.958	144	470	(326)
Transporte de Energia Rede Básica	43	59	(16)	3	217	(214)
Transporte de Energia Elétrica – Itaipu	155	103	52	275	21	254
Encargos de Serv.de Sistemas – ESS	70	63	7	1.028	12	1.016
Neutralidade Parcela A	-	330	(330)	-	1.898	(1.898)
Sobrecontratação de Energia	884	841	43	2.344	-	2.344
Diferimentos de Reposição Tarifária	2.095	133	1.962	2.904	395	2.509
Majoração alíquotas Cofins/Pasep	-	2.606	(2.606)	3.946	7.868	(3.922)
Devoluções tarifárias	4.452	568	3.884	2.769	658	2.111
<b>Total</b>	<b>17.796</b>	<b>4.703</b>	<b>13.093</b>	<b>16.411</b>	<b>13.792</b>	<b>2.619</b>

Ativos e Passivos Regulatórios	Circulante		Não Circulante	
	2025	2024	2025	2024
<b>Ativos</b>				
Ativos regulatórios em recuperação	6.060	10.922	-	71.028
Ativos regulatórios em formação	11.736	5.489	-	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>17.796</b>	<b>16.411</b>	-	<b>71.028</b>
<b>Passivo</b>				
Passivos regulatórios em recuperação	3.240	12.906	-	-
Passivos regulatórios em formação	1.463	886	-	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.703</b>	<b>13.792</b>	-	-
<b>Líquido</b>	<b>13.093</b>	<b>2.619</b>	-	<b>71.028</b>

#### 5.9. Outros Ativos Circulantes

	2025	2024
Créditos a receber – empregados	246	174
Títulos de créditos a receber – Consumidores	2.286	269
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	-	-
- Subsídio Carga Fonte Incentivada – CL	3.033	2.818
- Subvenção CDE ref.tarifas reduzidas	370	-
- Subsídio SCEE (Geração distribuída)	702	432
- Subsídios Baixa Renda – Eletrobrás	344	196
Compartilhamento da infraestrutura a receber	1.799	1.477
Cauções e depósitos vinculados	-	2.480
Outros ativos a receber	287	203
<b>Total</b>	<b>9.067</b>	<b>8.049</b>

#### ATIVO NÃO CIRCULANTE

##### 5.10. Tributos compensáveis

	2025	2024
ICMS a compensar	824	734
Cofins/Pasep a compensar	62.815	-

<b>Total</b>	<b>63.639</b>	<b>734</b>
--------------	---------------	------------

**Nota de reclassificação** Reclassificados para o exercício 2025, o valor da devolução de créditos do Cofins/Pasep das contas de Ativos Regulatórios.

#### 5.11. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado. Outros investimentos temporários somam R\$ 99 mil.

#### 5.12. Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Referem-se à parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Ativo financeiro	6.094	6.094
<b>Total</b>	<b>6.094</b>	<b>6.094</b>

#### 5.13. Intangível

	<b>2025</b>			<b>2024</b>
	<b>Intangível</b>	<b>Ativo financeiro</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Intangível	781	(3)	777	979
Terrenos	1.220	(1.220)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.	742	(132)	610	649
Máquinas e Equipamentos	69.859	(4.739)	65.120	58.777
Veículos	1.474	-	1.474	1.933
Móveis e Utensílios	388	-	388	309
( - ) Obrigações especiais Vinculadas a Concessão	(10.969)	-	(10.969)	(9.235)
	<b>63.495</b>	<b>(6.094)</b>	<b>57.401</b>	<b>53.412</b>
<b>Intangível em Curso</b>	6.482	-	6.482	7.488
	<b>69.977</b>	<b>(6.094)</b>	<b>63.883</b>	<b>60.900</b>

A agência reguladora, ANEEL, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro). Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrada no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

#### Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Em Serviço</b>		
- Participação da União, Estados e Municípios	1.851	685
- Participação financeira do consumidor	10.583	10.101
- Universalização Serviço Público de Energia Elétrica	2.370	2.370
- Pesquisa e Desenvolvimento	1.488	572
( - ) Amortização Acumulada	(5.729)	(5.103)

- Em Curso	405	610
<b>Total</b>	<b>10.969</b>	<b>9.235</b>

#### 5.14. Taxas de Depreciação

De acordo com a Resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registradas e controladas por Unidade de Cadastro - UC e que passaram a ser aplicadas a partir de janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

#### 5.15. Dos Bens Vinculados à Concessão

Os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição (inclusive comercialização) são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

### PASSIVO CIRCULANTE

#### 5.16. Fornecedores

	2025	2024
Energia Comprada p/ Revenda	7.419	8.924
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-
Materiais, Serviços e Outros	1.703	1.468
<b>Total</b>	<b>9.122</b>	<b>10.392</b>

#### 5.17. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

	2025		2024	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal	2.470	3.874	5.428	2.262
Banco Sicoob	2.983	6.538	1.147	9.129
Banco Santander	2.987	3.400	810	587
<b>Total</b>	<b>8.440</b>	<b>13.812</b>	<b>7.385</b>	<b>11.978</b>

#### 5.18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2025	2024
Saldo de Salários a Pagar	-	373
Provisão de férias	1.469	1.403
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	655	498
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	20	97
Participações nos lucros	-	-
<b>Total</b>	<b>2.144</b>	<b>2.371</b>

#### 5.19. Tributos

	2025	2024
Tributos Federais	613	1.726
Tributos Estaduais	19.862	8.289
Contribuições Sociais	457	694
Tributos retidos na fonte	2	5

<b>Total</b>	<b>20.934</b>	<b>10.714</b>
--------------	---------------	---------------

Cofins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade e está sujeita as alíquotas de 7,60% e 1,65%

#### 5.20. Provisão para litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, e análise das demandas judiciais, constitui provisões para 2025 consideradas como “prováveis”. Não houve demandas judiciais prováveis.

Descrição	2025		2024	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cíveis	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-

#### Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

**Cíveis:** A Companhia possui 78 processos cíveis que tramitam em Juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 1.504 mil.

**Trabalhistas:** Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 251 mil.

#### 5.21. Encargos Setoriais

	2025	2024
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	46	25
Ministério das Minas e Energia – MME	23	12
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	270	2.612
Programa de Eficiência Energética – PEE	2.532	2.376
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	179	48
Taxa de Fiscalização	13	12
Outros	-	131
<b>Total</b>	<b>3.063</b>	<b>5.216</b>

#### 5.22. Outros passivos circulantes

	2025	2024
Consumidores	2.660	2.672
Taxa de Iluminação Pública	4.153	1.022
Outros credores	77	85
<b>Total</b>	<b>6.890</b>	<b>3.779</b>

#### 5.23. Outros passivos não circulantes

	2025	2024
Parcelamento ICMS	8.768	2.341
Cofins/Pasep a devolver	49.863	55.075
<b>Total</b>	<b>58.631</b>	<b>57.416</b>

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 5.24. Capital Social

	2025	2024
Prefeitura Municipal de Campo Largo	49.805	49.805
Demais Acionistas	195	195
<b>Total</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2025	2024
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
<b>Total</b>	<b>500.000.000</b>	<b>500.000.000</b>

### 5.25. Destinações do Lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

A destinação dos resultados apurados nos exercícios está apresentada a seguir:

	2025	2024
Resultado do exercício (Lucro ou prejuízo)	(3.499)	2.283
( - ) Reserva legal 5%	-	(114)
Resultado a distribuir	<b>(3.499)</b>	<b>2.169</b>
Destinação dos resultados		
Juros sobre capital próprio	-	-
Reserva estatutária para investimento	-	(2.169)
	-	-

### 5.26. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	27/05/2025 a 27/05/2026	2.000
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	27/05/2025 a 27/05/2026	4.000
Centro de treinamento	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	27/05/2025 a 27/05/2026	300
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	14/06/2025 a 14/06/2026	V. Mercado
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	18/11/2025 a 18/11/2026	V. Mercado
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	19/03/2025 a 18/03/2026	396
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	01/12/2024 a 31/12/2026	1.355
Seguro garantia	Inadimplência de pagamento	01/01/2025 a 31/12/2026	1.530

### 5.27. Instrumentos Financeiros

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não manteve operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perdas com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira. Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para

produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

- **Disponibilidades e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.
- **Consumidores, Concessionários e Permissionários:** O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.
- **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como: a) Risco de crédito: são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente; b) Concentração de risco de créditos: como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

## 5.28. RECEITA OPERACIONAL

- **Fornecimento de Energia Elétrica e outros**

Classes	Nº consumidores (valores não auditados)		Consumo em MWh (valores não auditados)		Valor – R\$ (mil)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Fornecimento faturado</b>						
Residencial	54.651	52.782	118.211	111.228	87.991	79.277
Industrial	306	331	22.380	30.537	14.917	18.905
Comercial	3.594	3.536	38.847	39.968	28.842	28.509
Rural	1.389	1.622	6.450	6.541	4.405	4.395
Poder Público	380	384	4.613	4.460	3.498	3.193
Iluminação Pública	1	1	13.432	12.645	6.146	5.259
Serviço Público	55	62	1.725	8.499	1.279	5.060
Consumo Próprio	3	3	139	133	-	-
<b>Total Energia faturada</b>	<b>60.379</b>	<b>58.721</b>	<b>205.797</b>	<b>214.011</b>	<b>147.078</b>	<b>144.598</b>
Não faturado	-	-	-	-	2.015	441
Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consum. Livres (nota 1)	88	59	183.015	151.992	48.822	39.457
Receita de Construção	-	-	-	-	10.764	9.225
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas ao Serv. Concedido	-	-	-	-	17.913	11.538
Outras Receitas	-	-	-	-	7.587	8.371
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	17.792	20.397
<b>Soma</b>	<b>88</b>	<b>59</b>	<b>183.015</b>	<b>151.992</b>	<b>104.893</b>	<b>89.428</b>
<b>TOTAL</b>	<b>60.467</b>	<b>58.780</b>	<b>388.812</b>	<b>366.003</b>	<b>251.971</b>	<b>234.027</b>

- **Receita de Construção e Custo de Construção**

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

**Nota 1:** Desde o ano de 2016, oitenta e oito consumidores industriais, comerciais e serviço público de média tensão abaixo de 13,8 kV pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores. O valor demonstrado no quadro acima de 183.015 MWh refere-se ao consumo dos Consumidores Livres junto a outras distribuidoras e/ou geradoras por eles contratados.

- **Ativos e Passivos Regulatórios**

	2025	2024
CVA Ativa e Passiva		
- Em constituição	(7.331)	1.848
- Em amortização	(10.461)	(22.245)
<b>Total</b>	<b>(17.792)</b>	<b>(20.397)</b>

Ativos e Passivos regulatórios – valores de Compensação da Variação dos Custos da Parcela “A” – CVA – Valores contabilizados em contrapartida com as contas citadas nos itens 5.8 .

- **Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido**

	2025	2024
Subsídios Baixa Renda	1.656	1.255
Subsídios s/descontos nas tarifas do Serviço Público/Rural	-	-
Subsídios Carga fonte incentivada – consumidor livre	11.259	7.415
Subvenção CDE s/ redução nas tarifas	1.508	-
Bônus de redução voluntária	-	-
Recursos CDE Eletrobrás	679	836
Subsídio SCEE	2.811	2.032
<b>Total</b>	<b>17.913</b>	<b>11.538</b>

Subsídios tarifários – Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos consumidores do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluso subsídios de baixa renda, que são repassados pela Eletrobrás.

- **Outras Receitas**

	2025	2024
Renda Prestação de Serviços – Compartilhamento de infraestrutura	4.707	5.593
Serviço Taxado	479	920
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	3.043	2.391
Ganhos na Alienação de bens e direitos	16	194
Outros	60	13
( - ) Tributos s/outras Receitas – PIS/Pasep/Cofins	(718)	(741)
<b>Total</b>	<b>7.587</b>	<b>8.370</b>

## 5.29. Deduções da Receita Operacional

- **Encargos Setoriais - Encargos do consumidor**

	2025	2024
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	39.195	28.493
Bandeiras tarifárias	-	-
Taxa de fiscalização	153	137
Programa de Pesquisa e Desenv. – P&D e Eficiência Energética - PEE	1.326	1.288
Encargo de Energia de Reserva – ESS/ERR	-	-
Outros encargos	293	1.536
<b>Total</b>	<b>40.967</b>	<b>31.454</b>

- **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética**

	2025	2024
Programa de Eficiência Energética – PEE	530	514
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	132	129
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	266	258
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	266	258
Ministério de Minas e Energia - MME	132	129
<b>Total</b>	<b>1.326</b>	<b>1.288</b>

Os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (PEE) são programas de investimentos nos quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentações nas Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008.

- **PROCEL**

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991. A Resolução Normativa ANEEL nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Sub módulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL. Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do terceiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

### 5.30. Custos com energia elétrica comprada para revenda

	Em MWh (valores não auditados)		Em R\$ (mil)	
	2025	2024	2025	2024
Compra de Energia – Leilão	236.930	239.670	54.234	48.370
Encargos do Uso da Rede Elétrica	-	-	45.789	43.977
PROINFA	-	-	4.548	3.734
Micro geração – baixa tensão	9.911	7.223	3.811	3.686
Encargo de Energia de Reserva – ESS/ERR	-	-	4.694	5.134
Crédito COFINS / PASEP/PIS	-	-	(10.461)	(9.703)
<b>Total</b>	<b>246.841</b>	<b>246.893</b>	<b>102.615</b>	<b>95.198</b>

### 5.31. Despesas Operacionais – Custos gerenciáveis

Naturezas	2025	2024
Pessoal	17.980	20.126
Administradores	2.155	2.166
Material	1.867	1.722
Serviço de terceiros	12.393	9.965
Arrendamento e aluguéis	345	293
Seguros	106	60
Doações, contribuições e subvenções.	68	25
Provisões	(34)	133
( - ) Recuperação de despesas	(337)	(337)
Tributos	67	66
Depreciação/Amortização	3.961	4.469
Custo com construção	10.764	9.225
Gastos diversos	1.650	805
	<b>50.985</b>	<b>48.718</b>

## 6. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. Neste exercício de 2025, em função do resultado do exercício não provisionamos a Participação nos Resultados.

## 7. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante efetua-se a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

**8. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade**

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente às atividades de distribuição de energia elétrica, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o Município de Campo Largo e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

**9. Eventos Subsequentes**

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial e financeira, ou que possam provocar efeitos sobre os resultados das operações da Entidade.

Campo Largo, 31 de dezembro de 2025.

**Rafael Rogiski**  
Diretor-Presidente

**Henrique Gesser**  
Diretor Técnico

**Luciano Marcos Klos**  
Diretor Econômico-Financeiro

**Samir Moussa**  
Diretor Administrativo

**Odair Sales**  
Contador CRC/PR 056.806/O-9

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2025, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 29 de abril de 2026.

Bárbara Lunardon  
Presidente

Keila Eliane Alberton Martini  
Conselheira

João Alfredo de Moraes  
Conselheiro

Bianca Moraes Coelho  
Conselheira

Leniro Zanlorensi  
Conselheiro

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – Cocel, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decide aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das Sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 29 de abril de 2026.

Ivo Cezario Gobbato de Carvalho  
Presidente

José Peterson Vidal  
Conselheiro

Casseli Muiniki  
Conselheira

Fernando Schiavon  
Conselheiro

Jaqueline Santos da Silva  
Conselheira

Rodrigo da Rocha Stremel Torres  
Conselheiro

Kevvy Vela Souza  
Conselheiro

Dante Vanin  
Conselheiro

Rosangela Leandro Pelizzari Manenti  
Conselheira

Murilo Nogueira  
Conselheiro

Fledinei Borges Licheski  
Conselheiro